

**HABEAS CORPUS Nº 539.173 - SP (2019/0306788-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : MARIA CRISTINA DE SOUZA RACHADO  
**ADVOGADO** : MARIA CRISTINA DE SOUZA RACHADO - SP095701  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANDERSON LEITE FERREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. INDEFERIMENTO. FALTA DE REQUISITO SUBJETIVO. DETERMINADA A REALIZAÇÃO DE PRÉVIO EXAME CRIMINOLÓGICO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PRECEDENTES. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANDERSON LEITE FERREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no Agravo em Execução Penal n.º 7001573-28.2019.8.26.0344.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Penais deferiu o pleito de progressão ao regime semiaberto (fls. 42-43).

Inconformado com a decisão, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução, que foi provido pelo Colegiado de origem "*para o fim de, reformando a decisão de fls. 19/20, determinar a realização de exame criminológico para aferir o mérito do Agravado, com o pronunciamento de nova decisão, agora à luz dos novos elementos*" (fls. 21-32).

Neste *writ*, a Impetrante sustenta, em suma, que o Colegiado estadual não apresentou fundamentação idônea para cassar a decisão do Juízo das Execuções Penais, pois a menção à "*gravidade abstrata do delito, dissociada de elementos concretos, per si, não é suficiente para justificar a necessidade do exame criminológico, pois não tem o condão de demonstrar as condições pessoais do condenado, tampouco seu comportamento dentro do sistema penitenciário*" (fl. 7).

Assevera que o Paciente preenche o requisito subjetivo para o deferimento da progressão de regime, "*conforme se observa do atestado de conduta e permanência*

*carcerária fornecido pela unidade prisional"* (fl. 8).

Requer, em liminar e no mérito, seja cassado o acórdão impugnado e restabelecida a decisão de primeira instância que deferiu o pleito de progressão ao regime intermediário.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 80-82).

Foram prestadas informações às fls. 86-87 e 90-116.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 118-124).

É o relatório.

Decido.

Como é cediço, o benefício da progressão de regime somente será concedido ao condenado que preencher, cumulativamente, os requisitos objetivo e subjetivo, a teor do disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal.

Nessa perspectiva, consoante a jurisprudência deste Tribunal, embora a nova redação do art. 112 da Lei n.º 7.210/1984 não mais exija, de plano, a realização de exame criminológico, cabe ao magistrado – ou ao Tribunal – verificar o atendimento dos requisitos subjetivos à luz do caso concreto, podendo, por isso, determinar a realização da perícia, se entender necessário, ou mesmo negar o benefício, desde que o faça fundamentadamente, quando as peculiaridades da causa assim o recomendarem, em observância ao princípio da individualização da pena, previsto no art. 5.º, inciso XLVI, da Constituição da República.

A propósito, a referida orientação foi consolidada no enunciado n.º 439 da Súmula desta Corte, que possui o seguinte teor:

*"Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada."*

Na hipótese, constata-se que a necessidade da realização do exame criminológico foi devidamente fundamentada pelo Tribunal *a quo*, pois assentou, dentre outros, que *"há registro da própria Secretaria de Administração Penitenciária de que o Agravado é membro de facção criminosa, o que, por si só, já basta para uma análise mais minuciosa do aspecto subjetivo (fls.10)"* (fl. 23).

Por oportuno, confirmam-se os seguintes precedentes, *mutatis mutandis*:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PLEITO DE PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. INDEFERIMENTO FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. A execução progressiva da pena, com a transferência para regime menos gravoso, somente será concedida ao condenado que preencher, cumulativamente, os requisitos estabelecidos no art. 112 da Lei de Execução Penal.

2. **Não há constrangimento ilegal no indeferimento de pedido de progressão de regime concretamente fundamentado nas peculiaridades do caso, notadamente no histórico prisional desfavorável do Apenado, o qual praticou seis faltas graves durante a execução da pena, na informação de que integraria facção criminosa e, ainda, na sua recusa em submeter-se a exame criminológico.**

3. *Ordem de habeas corpus denegada.*" (HC 457.713/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 26/10/2018, sem grifos no original.)

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL CASSADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. **REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO** PARA AFERIÇÃO DO REQUISITO SUBJETIVO. SÚMULA N. 439 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. ELEMENTOS CONCRETOS. HISTÓRICO PENAL CONTURBADO. **PRÁTICA DE FALTA GRAVE NO CURSO DA EXECUÇÃO.** INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. WRIT DENEGADO.

1. A nova redação dada ao art. 112 da Lei n. 7.210/1984, pela Lei n. 10.792/2003, suprimiu a realização de exame criminológico como expediente obrigatório para aferição do requisito subjetivo para fins de progressão de regime, mantendo-se apenas como requisitos legais o cumprimento de determinada fração da pena aplicada e o bom comportamento carcerário, a ser comprovado pelo diretor do estabelecimento.

2. Contudo, o magistrado de primeiro grau, ou mesmo o Tribunal, diante das circunstâncias do caso concreto, pode determinar a realização de exame criminológico para a comprovação do mérito do apenado para fins de progressão de regime prisional.

3. De acordo com a Súmula 439/STJ, 'admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada'.

4. Na questão em análise, **o Tribunal de origem cassou o benefício, por ausência de mérito do paciente, e determinou a realização de exame criminológico com base em elementos concretos, considerando o histórico criminal conturbado do apenado, consistente na prática de falta grave no curso da execução, razão pela qual se**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*mostra evidenciada a idoneidade da fundamentação utilizada na origem, não havendo falar, portanto, em existência de flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem.*

5. Habeas corpus *denegado*." (HC 388.275/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 11/05/2017; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DENEGO A ORDEM de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora